A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES E DESVALIDAS NA PROVÍNCIA DO PIAUHY: CASA DOS EDUCANDOS ARTIFÍCES

César Augusto Castro[1]

O ensino de ofícios no Piauí teve seu inicio em 1775, por ordem do desembargador Gonçalo Gaspar dos Réis, juiz de fora e de órfãos de São Luís sobre os índios Guegueses, dados a soldada[2] com a finalidade de suprir a carência de artífices ou recrutar os escravos alocados nas fazendas dos jesuítas, para o ensino de carrreiros, seleiros e ferreiros (BASTOS, 1994).

Segundo Bastos (1994), a efetivação do ensino profissional na Província do Piauí, ocorre na década de 40 do século XIX, com a criação da Casa dos Educandos Artífices, criada pela Resolução 220, de 20 de setembro, no governo de Marco Antonio de Macedo, presidente da Província, cuja capital se localizava, na época, na Cidade de Oeiras. Pela importância do ato, transcrevemo-la na íntegra:

> Resolução nº 220. Publicada a 24 de setembro de 1847.
> Crea nesta capital hum estabelecimento de educandos artífices.
> Marco Antonio de Macedo, Presidente da Província do Piauhy: Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sanccionei a Resolução seguinte:
> Artigo 1. Fica creado nesta Capital hum estabelecimento de educandos artífices.
> Artigo 2. A este estabelecimento serão admittidos meninos pobres e desvalidos até o número de trinta, e lhe dará a presidência o respectivo Regulamento.
> Artigo 3. Com este Estabelecimento se despenderá a quantia de 4:000$000rs.
> Mando por tanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão e facão tão inteiramente como nella se contem. O Secretario desta Província e faça imprimir, publicar e correr.
> Palácio do Governo da Província do Piauhy, 2º de setembro de 1847, vigésimo sexto anno da Independência e do Império.
> L. S.
> Marcos Antonio de Macedo
> José Pereira Nunes
> Secretario de Governo – Balduino José Coelho.

Esta transcrição objetiva também dirimir dúvidas quanto ao ano de criação do estabelecimento em questão, uma vez que alguns autores como Cunha (1979), Franco (1988), Fonseca (1986) e Rizzini (2004) tomam como ano de sua criação 1849,

[1] Doutor e Pós-doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

[2] "Soldada" vem da palavra soldo. Tem o mesmo significado de paga ou salário

que corresponde ao ano em que foi inaugurada, no governo de Anselmo Francisco Peretti. De igual modo, Araújo (1995), que considera como seu fundador Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Góis e Vasconcelos foi o mentor da idéia de criação da Casa dos Educandos Artífices, quando, na abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 21 de junho de 1847, onde relata a situação da infância pobre e desvalida piauiense e justifica a criação de um estabelecimento que a recolhesse e lhe desse educação de um oficio mecânico.

> Nada mais ordinário, Srs., que ver pelas ruas d'esta Cidade meninos filhos de paes desvalidos, ou que não tem quem cuide de sua educação: o mesmo, e mais ainda deve acontecer fora daqui, no resto da Província. Ora, esses indivíduos, assim desfavorecidos, na quadra em que mais necessitão de proteção e de apoio, são geralmente os que depois se lancão desenfreados na carreira dos crimes e se tornão o fragello da sociedade. He logo huma medida não só de humanidade, se não de bem entendida policia preventiva, não despresar a sorte d'esses pobres meninos, e tratar de sua educação. Com este pressuposto, lembro a Assembléia a creaçao de um pequeno estabelecimento, conforme as circunstancias da Província, e a que taes meninos se recolhão em número determinado, para o fim de instruir-se nas primeiras letras, e aprender diversos officios. Na pratica dos officios que aprenderem e com o producto de seo trabalho, podem os educandos, até certo ponto, ao menos ressarcir aos cofres públicos a despesa que com o respectivo sustento, e educação se houver de fazer, sendo com preferência applicados aos misteres mais necessários, e principalmente aquelles de que, como sejão o d'espingardeiros, coronheiros, alfaiates, sapateiros, he factível tirar immediato proveito em favor da tropa da Província, encarregando-se de apromptar as obras que ella precisar. Estabelecimentos, como este, há em quase todas as províncias, assim como os há destinados a amparar e melhorar a sorte das raparigas desvalidas. Com 4:000$000 avalio se possa manter o estabelecimento, cuja creação, lembro, com 25 a 30 educandos, Medite a Assembléia sobre o assumpto, e recolha como lhe parecer conveniente (RELATÓRIO, 1847, p. 27-28).

Assim, a Casa dos Educandos Artífices era vista como uma espécie de cadeia preventiva, na medida em que retirava das ruas, dava abrigo e uma profissão aos "meninos andarilhos" da cidade de Oeiras. A sugestão de implantação de oficinas de espingardeiros e coronheiros, assim como na Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, vinha ao encontro da necessidade de armar a cidade contra outras possíveis revoltas, como a Balaiada, que deixou fortes marcas no Maranhão e no Piauí.

Apesar de a proposta de sua criação demonstrar as inúmeras vantagens, não foi imediatamente implantada, em razão dos "embaraços que se encontram n'esta capital para se dar andamento a negocio, que como este depende de arranjos materiais", como justificava Francisco Xavier Cerqueira, presidente da província, em 1849. Assim, somente veio a ser possível a sua instalação em 1º de dezembro daquele ano, com

quinze menores. Em 1850, esse número foi elevado para vinte e cinco, sendo que sete aprendiam o ofício de marceneiro, cinco de carpinteiro, quatro de ferreiro, seis de alfaiate, dois de ourives e um de sapateiro (Anexo A). Esse número poderia ser aumentado para 30, "visto que muitas pessoas pobres se mostram interessadas em por seos filhos n'este estabelecimento a fim de assegurar-lhes no futuro meios de subsistência"(RELATÓRIO,1850, p.27) com propõe Ignácio Rodrigues Silveira, chefe do governo local.

A pouca idade dos alunos admitidos no interior da casa (Anexo A), dificultava as aprendizagens teóricas e de artes mecânicas. A oficina de alfaiate, por apresentar menos perigo de acidentes, era freqüentada pelos meninos de menor idade. Em relação ao procedimento moral, todos tinham um comportamento classificado como bom.

As condições de admissão, a faixa etária, as garantias dadas pelos cofres provinciais, como roupa, comida e educação de primeiras letras e de um ofício mecânico, não diferem das outras Casas de Educandos Artífices criadas no Brasil. Assim como as punições, a organização do corpo dos educandos por seções de acordo com as idades, as atividades diárias distribuídas em horários para as orações, alimentação, aulas e oficinas.

Com a mudança da capital de Oeiras para Teresina (Antiga Vila Nova do Poti), a Casa dos Educandos Artífices é reaberta em 1852 (FREITAS, 1988). "Os autores desse projeto, denominados de 'deputados mudanistas', alegaram o local salubre e de maior aproximação com o litoral piauiense, o que facilitaria as suas relações políticas e econômicas com a Capital do Império e erradicaria também o comércio do Piauí da dependência de Caxias e São Luís do Maranhão" (ARAÚJO, 1997, p. 43).

Para Araújo (1995, p. 20), a partir de então, passa a haver um surto de progresso traduzido em iniciativas políticas de "iluminação pública, estradas, telégrafos, encanamento d'água e estrada de ferro", melhoria e organização do espaço urbano, incluindo a higienização e disciplinamento da cidade. Tornou-se necessário, então, afastar do convívio social os loucos, os alienados e os mendigantes, para tanto sendo necessário "regulamentar o trabalho e prevenir a 'ociosidade' e a 'vagabundagem' através de instituições como o Colégio de Educandos Artífices, a Santa Casa da Misericórdia, o Asilo de Alienados e o Asilo de Mendicidade" (ARAÚJO, 1995, p. 92)

A Casa dos Educandos, ao ser transferida para a nova capital, em 1º de agosto de 1852, trouxe os mesmos problemas da casa de Oeiras, como evidencia Souza Gayoso, presidente da província. As oficinas de marceneiro e alfaiate encontravam-se

fechadas, apesar de serem as mais rentáveis. Não havia acomodações adequadas para alojar quarenta e quatro meninos, como reclamava João Isidoro da Silva França, primeiro diretor da casa em Teresina. Como proposta, Souza Gayoso, sugere a adoção do "systema do Maranhão, onde tem essa instituição chegado ao maior auge de prosperidade, e, com esse intento, já solicitei as leis e regulamentos respectivos" (RELATÓRIO, 1851, p. 16). Entretanto, o modelo maranhense não contribui para a melhoria do estado da Casa piauiense.

No ensino das artes mecânicas, era preciso contratar mestres e abrir mais oficinas para que as vantagens e esperanças depositadas, "não só como um estabelecimento humanitário, aonde a infância desvalida encontre abrigo, proteção e occupação honesta e um futuro, sahir os artistas, de que precisa a província" (RELATÓRIO, 1854, p. 12), pudessem justificar os gastos com a sua manutenção, como reivindicava Antonio Francisco Pereira de Carvalho, presidente da província, em 1854. Para ele, o grande progresso era a banda de música, que executava com perícia "ricas peças, algumas difficeis para crianças que pouco antes não conheciam uma só figura de música". As oficinas de marceneiro, alfaiate e carpinteiro eram as únicas que funcionavam com regularidade, apesar das precárias condições do prédio, para a execução dos trabalhos mecânicos e para alojar os educandos. Além do que a localização "lugar baixo" contribuiriam para a proliferação de moléstias entre os meninos.

Como forma de sanar este inconveniente e dar uma dinâmica ao estabelecimento, Balduíno José Coelho, solicita autorização da Assembléia para a compra ou construção de uma casa conveniente para este tipo de estabelecimento:

> A instituição, em 1854, antes de ter sede própria, utilizou as propriedades do dr. Simplicio de Sousa Mendes, na Rua Grande, atual Álvaro Mendes. Depois, foi transferida para a casa de d. Alvina Azevedo, na Rua da Glória, hoje Lizandro Nogueira. A estrutura da casa era pequena e precária frente às necessidades do estabelecimento, faltando-lhe mesas e bancas para as aulas de primeiras letras, enfermaria e altar para a celebração do culto religioso (ARAÚJO, 1995, p. 88).

A transferência da Casa para um prédio amplo e arejado não significou uma melhoria nos rendimentos das oficinas e nas condições materiais: faltavam mesas, cadeiras, armários para a guarda da roupa dos meninos. Igualmente, não havia capela para os ritos católicos nem uma enfermaria para tratamento das moléstias, ainda feito no

Hospital de Caridade, a exemplo de "Clarindo, (músico de piston, e a aprendiz d'alfaiate) por estar aleijado de uma perna a ponto de pouco serviço prestar, e Joaquim Gonçalves (aprendiz de marceneiro), que padece de peito, sem que tenha obtido melhoramento com os remédios que constantemente se lhe tem applicado a cerca de 10 meses" (RELATÓRIO, 1856, p. 7) como relata, em 1856, Antonio Joaquim de Albuquerque, diretor da Casa.

Ao assumir a direção da Casa, em 1857, V. W. do Espírito Santo relata ao presidente da província que havia 44 educandos internos, os quais aprendiam as primeiras letras e música, bem como os ofícios de alfaiate, ferreiro, sapateiro, tanoeiro este na Casa dos Educandos Artífices do Maranhão (Anexo B).

A estas oficinas acrescentam-se as de encadernador, tipógrafo e tanoeiro, tendo sido esta última criada com mestres que vieram do Maranhão, assim como todo o material necessário para o seu funcionamento e eram mantidos pelo Governo Central. Apesar de todas as propostas de reformas, o estado da casa, em especial os rendimentos das oficinas, não apresentavam as vantagens esperadas, inclusive pelo fato de alguns educandos apresentarem os mais variados tipos de vícios, não combatidos pelos diretores anteriores: "há educandos de tão mal procedimento, para quem o rigoroso emprego das penas do Regulamento, não seriam bastante para moralizar o Estabelecimento" (RELATÓRIO, 1857, Anexo 18, p. 4).

Tais fatos levaram a Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque a questionar a validade da casa, sugerindo, em seu lugar, a criação de uma escola agrícola, inclusive que a província enviasse para a Escola Agrícola do Cutim, no Maranhão, meninos para aprenderem os ofícios ligados à agricultura. Em visita que faz ao estabelecimento, descreve o seu "estado de relaxação, bem como dos abuzos e prevaricações commetidos pelo seu diretor Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho" (RELATÓRIO, 1860, p. 7). Para substituí-lo, é nomeado o major reformado do exército João Gonçalves da Silva, com a incumbência de normalizar o estado da casa e diminuir o número de educandos, pois "sem uma inspecção constante a vadiagem, a perversão podem ainda ser a conseqüência desse estado de cousas" (RELATÓRIO, 1860, p. 7.) em quem se encontrava a casa. Em razão disso, restringe-se o número de órfãos admitidos, cujo estado de desamparo justificasse gastos provinciais e que fossem maiores de dez anos, já tendo, portanto, condições de se empregarem nas oficinas internas ou em obras públicas.

Para José Fernandes Moreira, presidente da Província, os rendimentos das oficinas eram prejudicados pelos seguintes motivos:a)admissão de meninos de menor idade; b)demissão dos meninos antes dos três anos determinados por lei, quando já estavam habilitados e poderiam oferecer lucros para as oficinas;c)falta de material para confecção das obras encomendadas por órgãos públicos e particulares (RELATÓRIO, 1862, p. 5).

Para esse presidente, o regulamento deveria ser imediatamente reformulado, para tanto, sugere uma análise das leis e regulamentos provinciais e o regulamento dos educandos do Maranhão, adaptando-o às necessidades da casa piauiense, principalmente em relação ao aumento dos rendimentos, que pouco auxiliavam nas despesas da casa:

> Convém porém advertir que não se trata aqui propriamente de especulação mercantil, mas sim de educação, e instrução de pobres filhos do povo: não é uma caza de commercio, é um collegio. A Província recebe creanças desvalidas e ignorantes, e no fim de 8 annos, restitue-os à sociedade com princípios de educação e de officio, que os habilitão a viver honestamente; ainda mais cada educando assim instruído voltando ao grêmio dos seos, pode ahi derramar alguns conhecimentos dos que recebeo e estimular outros para desejarem a instrução e dedicarem-se também. Essa necessidade vital da grande massa da nossa população, que por indolência e ignorância conserva-se em estado pouco arredado do selvagem e nômade. Estabelecimento, como esse, para produzir os benefícios resultados, precisa sobre tudo de diretor zeloso, dedicado e sempre presente para a boa administração interna e para que se plantem no espírito dos discípulos os princípios de religião e moral, sem os quaes toda a educação he nenhuma. Fortemente convencido dessas verdades exonerei o Major Gonçalves da Silva, que adiantado em annos e rezidindo fora do estabelecimento, muitas vezes tinha que o deixar entregue a si – isto é – as creanças, e nomeei para substituil-o o Padre Tomaz de Moraes Rego, que alli rezide desde sua nomeação (RELATÓRIO, 1862, p. 10).

Tendo como referência o regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, é aprovado, em abril de 1864, o Regulamento nº 51, que dá nova organização ao estabelecimento piauiense e traz a perspectiva de modificar o cotidiano dos educandos, que se vestiam sofrivelmente, dormiam num quarto estreito, baixo e insalubre, com poucas camas, velhas e imundas, a ponto de os cinqüenta meninos que não tinham redes preferirem dormir no chão às 23 camas existentes. Os castigos aplicados pelos mestres eram intensos e diários: bofetadas, palmatórias e tirapés[17]. A comida era em pequena quantidade e de péssima qualidade, como relata o diretor Tomaz Moraes Rego (RELATORIO do Diretor, 1863).

Para Araújo (1995), a narrativa do diretor mostra a cruel realidade em que viviam os educandos pobres e desvalidos acolhidos, oriundos das várias freguesias da

[17] Espécie de cinto de couro

província. Entretanto, os discursos das autoridades evidenciavam as vantagens e necessidades da instituição, por tirar da miséria os meninos pobres, convertendo-os em homens probos e laboriosos.

Alegando motivos pessoais, Tomaz Moraes Rego é exonerado do cargo de diretor e substituído pelo capitão Raimundo Sizinio de Lima e Almeida. Entretanto, a fala de Franklin Américo de Menezes Doria, presidente da província, evidencia que a sua demissão ocorreu pela falta de moralidade exigida do diretor de uma casa de caridade e a um padre. Por esta fala pode-se inferir que se tratava de relações homoeróticas do padre com os educandos. Essa relação parece ter sido uma prática comum nas Casas de Educandos Artífices, como verificamos na documentação sobre a instituição do Maranhão e do Pará.

Pela primeira vez, em 1866, desde a criação da Casa, os alunos são examinados nas aulas e oficinas e premiados pelas capacidades moral, intelectual e industrial. Araújo (1995, p.95) afirma que as premiações eram "armas ideológicas da ética do trabalho capitalista para qualificar e até desclassificar os internos". Para ilustrar a sua afirmativa, a autora cita os casos de alguns alunos.

> Esse diretor [Padre Tomaz Moraes Rego] condenou o menor Francisco Vieira de Andrade, de 12 anos, que aprendia o oficio de marceneiro, como 'incorrigível' e como que 'não presta para nada'. Da mesma forma fez de Martiliano Pereira d´Assunção, de 12 anos, aprendiz de ferreiro, Manoel Damasceno Gomes, de 15 anos, alfaiate, e Avelino Alves Rosa, de 11 anos, também alfaiate. Enquanto esses foram considerados incorrigíveis, Mariano Pereira de Sousa, de 12 anos, aprendiz de ofício de alfaiate, era aplicado e dava boas esperanças, e João Antônio Vitorino de Sousa, de 11 anos, aprendendo o ofício de ferreiro, era digno e merecedor de estima e proteção pela sua inteligência e comportamento.

Um panorama do estabelecimento piauiense é relatado por Adelino Antonio de Luna Freire, em 1867, onde destaca que: a) a Casa dos Educandos Artífices foi criada em 1847 e inaugurada em 1º de dezembro de 1849, com 15 órfãos distribuídos pelas oficinas de carpina, marceneiro, ourives, ferreiro, alfaiate e sapateiro; b)Com a mudança da capital, em 1852, foi transferido o Colégio para uma casa particular sem as acomodações necessárias; c)Em 1861, no governo de Antonio de Brito de Souza Gayoso, muda para um prédio próprio da província, que havia sido comprado para servir de quartel de polícia, fazendo para esse fim uma despesa módica, característica desse presidente; d)Em 1862, foram construídos por José Fernandes Moreira dois quartos, uma cozinha e uma meia-água para a oficina de marceneiro e é fechado o quintal da

casa com muros; e)Em 1863, Pedro Leão Velloso reforma a casa, dando-lhe maior asseio, e constrói uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Carmo, protetora do estabelecimento;f)No governo de Franklin Américo de Menezes Doria, são comprados paramentos e alfaias para a capela. Constroem-se três compartimentos para abrigar as oficinas de ferreiro, ourives e funileiro;g)José Manoel de Freitas abre um poço, que só veio a ser concluído por Luna Freire (Anexo C).

Assim como seus antecessores, Luna Freire constrói uma cozinha e reforma a fachada do estabelecimento, dando-lhe uma "feição mais elegante", exonera o diretor Raimundo Sizinio de Lima e Almeida e contrata para seu lugar o Pe. Antonio Marques dos Réis e compra ferramentas para todas as oficinas.

Naquele mesmo ano, é criada a oficina de pedreiros, cuja aprendizagem era feita em obras públicas do governo ou particulares, como a construção do poço da casa de detenção e do cemitério (ARAÚJO, 1995, p. 90). Outros ofícios deveriam ser ensinados aos educandos, como almejava Manoel José Espindola Junqueira, primeiro vice-presidente da Província, em 1870:

A partir de 1872, começam a aparecer as mais incisivas críticas dos presidentes da província quanto aos objetivos da casa e sua consecução, especialmente a relação custo e benefício. É o caso do quarto vice-presidente, José Amaro Machado, que afirmava que a província fazia verdadeiros sacrifícios para mantê-la, oferecendo como alternativa a diminuição no número de educandos, a demissão dos mestres das oficinas menos rentáveis e até a extinção de algumas.

A situação se agrava quando Joaquim Clementino de Souza Martins, diretor da Casa, nega-se a entregar o cargo a Evaristo Cícero de Moraes, nomeado por Pedro Affonso Ferreira, presidente da província. O motivo da sua demissão foi o fato de o mesmo não repassar para os cofres provinciais as receitas das oficias e da banda de música e os balancetes eram fictícios e desorganizados, ou seja, "[...] o referido ex-Director distrahiu criminosamente os rendimentos das officinas durante muitos mezes" (RELATÓRIO, 1872, p. 4).

Para avaliar estes problemas, Pedro Affonso Ferreira, nomeia uma comissão formada por Augusto Colin da Silva Rios, oficial-maior da Secretaria da Presidência, Henrique Guilherme dos Santos, primeiro escriturário da Tesouraria da Fazenda, e Salustiano Elyseu de Sant'Anna, contador do Tesouro Provincial. Esta comissão, ao apresentar o resultado da sindicância, afirma que o estado de miséria em que se encontrava o estabelecimento deveria ser sanado, para "não deixar morrer tão

importante instituição" (RELATÓRIO, 1872, p. 4.), apesar dos embaraços financeiros em que se encontrava a Província.

Como solução para a melhoria do quadro de miséria do Estabelecimento, a comissão sugere: renovação de todas as ferramentas das oficinas; regularização da escrituração; substituição das mesas, bancos e pratos em que era servida a comida aos educandos; compra de calçados e vestimentas para os meninos, que andavam descalços e pouco asseados; camas para todos, pois havia somente 27 para os 60 educandos; disponibilização de potes para depósito de água e urinóis; melhoria do quarto que servia de latrina e da cozinha; compra de novos instrumentos de música; e, por fim, que toda a limpeza da casa fosse feita pelos presos da cadeia e não pelos educandos.

E conclui dizendo que:

> Como vê V. Excª, alguns reparos e melhoramentos são, na actualidade, precisos e indispensáveis no estabelecimento de educandos, os quaes, uma vez feitos, persuade-se a commissão de que o mesmo estabelecimento, quando não eleva-se inteiramente à altura do progresso material e moral, se collocará em melhores condições. A Commissão, pois, é de parecer que taes serviços sejão realisados, com promptidão, começando-se por aquelles que forem de mais palpitante necessidade, para que, d'est'arte, o estabelecimento de educandos artífices do Piauhy possa attingir ao nobre e elevado destino, a que se propõe, isto é, educar os infantes, para quem a fortuna não sorriu-se (RELATÓRIO, 1872, p. 2).

Não satisfeito com o relatório Affonso Ferreira, determinou que a comissão voltasse ao estabelecimento para argüir os educandos, mestres e outros funcionários, como forma de tecer um quadro mais consistente sobre o estado da Casa. Este relatório, ao contrário de apresentar soluções, limita-se a enumerar os problemas existentes.

É revelado pelos educandos que eram eles que se encarregavam de todo o serviço da cozinha e que, dos funcionários contratados para esse trabalho, um era ocupado na casa do ex-diretor e outro nas compras do estabelecimento; que toda a água servida na casa, inclusive para os meninos beberem, vinha diretamente do poço, por falta de potes; e que os educandos comiam com as mãos, por falta de talheres e colheres. Não havia redes nem camas para todos, logo grande parte dormia no chão. "Taes são, Exm. Sr., os esclarecimentos que a commisão, sob informação dos empregados do estabelecimento e dos próprios educandos, ainda poude colhêr, em ordem a demonstrar mais claramente o estado pouco lisonjeiro e satisfatório da casa de educandos" (Id. Ibid.).

Apesar das evidências dos problemas e das soluções propostas por esta comissão e da contratação de um outro diretor, os problemas continuam, resquícios da administração anterior, como afirma Gervasio Cícero de Albuquerque Mello, presidente da província em 1873. Segundo ele, os mestres não tinham a habilitação necessária e, além disso, eram negligentes no cumprimento dos seus deveres e não tinham força moral para os alunos indisciplinados e que mostravam pouco aproveitamento. Os que aprendiam em oficinas particulares e obras públicas apresentavam os piores vícios, em decorrência do contato com as ruas. Ao fazer uma análise comparada entre os valores despendidos com a educação dos pobres e desvalidos do Piauí, desde a criação da casa até o ano de 1872, procura mostrar o prejuízo para os cofres provinciais com a manutenção dessa clientela e que o dinheiro empregado seria mais útil na melhoria do ensino público e na distribuição de livros para os órfãos e pobres.

> Bem cara, em verdade, foi a educação desses poucos desvalidos [75 haviam completado no período o tempo de formação] mas se elles tivessem realmente aproveitado e fossem, hoje bons cidadãos, e melhores paes de família, que vivessem honradamente de seu trabalho bem empregado teria sido o dinheiro despendido: infelizmente, porem, assim não tem acontecido. Delles apenas poucos, pouquíssimos, segundo sou informado, vivem honradamente dos officios que aprenderam, todos os mais sahirão do collegio tão inhabilitados para o trabalho, e tão viciados, que não descobriram modo de viver senão no exercito, onde mal têm servido (RELATÓRIO, 1973, p. 24).

De maneira sutil, Albuquerque Mello propõe o fim da Casa, ao sugerir aos deputados provinciais que os recursos aplicados seriam mais proveitosos para a manutenção de duas cadeiras de primeiras letras no interior da Província e o aumento delas na capital, "Parece-me que sim, vós, porém, faréis com que vossa sabedoria, julgardes melhor".

Evaristo Cícero de Moraes, presidente da província, defende junto a Assembléia Provincial a extinção do Estabelecimento, ao afirmar que as oficinas nada produziam, havia total falta de disciplina dos educandos e funcionários, o número de meninos admitidos em tenra idade prejudicava o andamento da casa e que as acomodações eram insuficientes para sessenta crianças.

Todos estes fatores levaram à extinção da casa, em 1873[18], por este presidente, o qual, como forma de remediar a situação, contrata João do Rego Monteiro a abrir uma casa com a mesma finalidade da Casa dos Educandos Artífices:

[18] Quando da sua extinção, havia 45 meninos internos.

> Extinto pela Resolução Provincial nº 808 de 4 de agosto de 1873, diz que procurou [Albuquerque Mello] com o disposto na Resolução Nº 824 do mesmo ano, contratar com o commendador João do Rego Monteiro, a criação de uma outra casa de educação com idêntico fim e de feitio em 29 do mesmo mês foi efetuado o contrato pelo qual o referido commendador obrigou-se a crear um collegio igual à Casa dos Educandos Artífices, com a denominação de Internato Artistico, mediante o auxílio de 10 contos de réis, dado pelo província. Custeando a província apenas um terço do que custeavam os educandos artífices.

Entretanto, acreditamos que os motivos para a extinção da Casa tenham sido outros, não manifestos nos documentos pesquisados, como a falta de recursos dos cofres provinciais ou pelo pouco rendimento dos alunos na aprendizagem das artes mecânicas e, por conseguinte, a não garantia das vantagens de um futuro para eles e para a província, na medida em que começa a funcionar a Companhia de Aprendizes Marinheiros[19], na Cidade de Parnaíba, em 1874. Esta deveria apresentar maiores vantagens, pois, ao formar um contingente de oficiais nas artes marítimas, poderia auxiliar na ampliação da navegação pelo rio Parnaíba, canal de comunicação entre o Piauí e as demais províncias

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. *Cotidiano e pobreza*: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CUNHA, Luis Antonio O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.3-47, jul./dez.1979.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986, v.1 a 3.

FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. *O ensino de ofícios manufatureiros dirigido aos menores abandonados:* Brasil -1870/1930. Dissertação (Mestrado em Educação)-Pontifícia Universidade Catolica de São Paulo, 1988.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

[1] [9] Sobre a história da Companhia de Aprendizes Marinheiros, Rozenilde Maria de Castro Silva realizou uma ampla pesquisa que resultou na sua dissertação defendida em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Parte do estudo foi publicada na Revista Linguagens, *Educação e Sociedade*, v. 9, p. 50-58, jan./dez. 1983.

RIZZINI, Irmã. *O cidadão polido e o selvagem: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

RELATÓRIO do Presidente da Provincia do Piauhy na abertura da sessão extraordinária da Assemblea Legislativa provincial no dia 21 de junho de 1847. Oeiras: Typ. Provençal, 1847.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Piauhy Comendador Frederico de Almeida e Albuquerque apresentado a respectiva Assembléia legislativa provincial na sessão ordinária de 1856 a 22 de setembro. San Luiz: Typ. Progresso, 1856.

RELATÓRIO que dirigio o presidente da Província do Piauhy o exmo. Sr. João José de Oliveira Junqueira aos 2 julho de 1857. San Luiz:Typ. Constitucional, 1857.

RELATÓRIO que dirigio o presidente da Província do Piauhy o Exmo Sr. Dr. João J. de Oliveria Junqueira a Assembléia legislativa provincial no dia 1 de julho de 1858. San Luiz: Typ. Temperança, 1858.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. presidente da província do Piahy Dr. Antonio Correa do Couto passou a administração ao exmo. Sr. vice-presidente Comendador Ernesto José Baptista no dia 27 de junho de 1859.

RELATÓRIO que oExmo. Presidente da Província do Piauhy Dr. José Fernandes Moreira apresentou a Assembléia Legislativa Provincial por occasiao de sua instalação no dia 10 de novembro de 1862. Theresina; Typographia Constitucional, 1862.

RELATÓRIO com que o Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a Administração da Província do Piauhy ao Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente Dr. Antonio de Sampaio Almeida no dia 4 de dezembro de 1863. Theresina: Typographia Progresso, 1864.

RELATÓRIO apresentado a Assemblea da Província do Piauhy no dia 1 de julho de 1864 pelo Presidente da Província Franklin Américo de Menezes Doria. San Luiz: Typ. B. de Mattos, 1864.

RELATÓRIO com que o Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a Administração da Província do Piauhy ao Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente Dr. Antonio de Sampaio Almeida no dia 4 de dezembro de 1863. Theresina: Typographia Progresso, 1864.

RELATÓRIO que o 2º vice-presidente da Província Dr. Antonio Sampaio de Almeida passou a administração da mesma ao Exmo. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria, no dia 28 de maio de 1864. Therezina: Typ. Progresso, 1865.

RELATÓRIO apresentado a Assemblea Legislativa do Piauhy no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Província Exmo. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria, San Luiz: Typ. B. de Mattos, 1865.

RELATÓRIO apresentado a Assemblea Legislativa do Piauhy no dia 9 de julho de 1866 pelo Presidente da Província Exmo. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria, San Luiz: Typ. B. de Mattos, 1866.

RELATÓRIO que o Exmo. Vice-presidente da Província do Piauhy Dr. José Manoel de Freitas passou a administração ao excellentissimo presidente Dr. Adelino Antonio de Luna Freire no dia 5 de outubro de 1866.

RELATÓRIO apresentado a Assemblea Legislativa do Piauhy no dia 9 de setembro de 1867 pelo presidente da Província o Exmo. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, San Luiz: Typ. B. de Mattos, 1866.

RELATÓRIO apresentado a Assemblea Legislativa do Piauhy no dia 1 de julho de 1870 pelo 1 º vice-presidente da Província o Exmo. Sr. Dr. Manoel José Espinosa Junior, Therezina: Typ.da Praça, 1870.

RELATÓRIO com que o Presidente da Província do Piauhy apresentou ao Exmo. Sr. 1º vice-presidente Dr. Manoel José Espinosa Junior, San Luiz: Typ. B. de Mattos, 1870.

RELATÓRIO com que o 1 º vice-presidente da Província o Exmo Sr. Manoel José Espinosa Junior passou a administração ao Exmo. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão em 25 de dezembro de 1870. Therezina: Typ.da Praça, 1870.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Província do Piauhy ao Exmo. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osório, 6º vice-presidente do dia 1º de novembro de 1873. Theresina: Typographia da Pátria, 1872.

RELATÓRIO com que o Exmo. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão passou ao Exmo. Se. 4º vice-presidente Tenente-Coronel José Amaro Machado no dia 27 de fevereiro de 1872. San Luiz: Typ. do Paiz,1872.

FALLA com que o Exmo Sr. Presidente da Província do Piauhy Dr. Pedro Affonso Ferreira abrio a Assemblea Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1872. San Luiz: Typ. do Paiz,1873.

RELATÓRIO apresentado a Assemblea Legislativa Provincial da Província do Piauhy no dia 18 de julho de 1873 pelo presidente da Província Dr. Gervasio Cícero de Albuquerque Mello. San Luiz: Typ. do Paiz,1873.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Gervasio Cícero de A Mello passou a administração da Província do Piauhy ao Exmo. Sr. Dr. Adolpho Lamenhas Lins, no dia 27 de abril de 1874.

ANEXO A: Mapa dos Educandos Artífices existentes no Estabelecimento de Artífices do Piauí – 1850

Número	**NOMES**	**Idades**	**Lições**	**Progressos**	**Procedimento moral**	**O que leem**	**O que escrevem**	**Observações**
1	Martiniano Antonio Luiz da Paz	12	Bôas	Muito	Bom	Escripto	Corcivo	Aprende o oficio de carpina
2	Raimundo José de Barros	15	Soffriveis	Algum	Bom	“	“	Idem de Marcineiro
3	Joaquim Manoel de Sousa	14	“	“	Bom	“	Bastardo	Idem. Idem
4	Honorato da Silva Araújo	14	Bôas	Muito	Bom	“	“	“
5	Raimundo Frothio Baptista	13	Soffriveis	Algum	Bom	“	“	Idem de Ourives
6	João Lourenço ferreira	13	Más	Pouco	Bom	Syilabas	“	Idem de Marceneiro
7	Clarindo de Sena Roza	12	Soffriveis	Algum	Bom	Escripto	“	Idem. Idem . Aprende a Corneta de Chave
8								Idem de Ferreiro
9	Manuel Antonio de Pinho	12	“	“	Bom	Escripto	“	Idem. Idem
10	Thomaz da Costa Villa Nova	9	“	“	Bom	Syllabas	“	Idem. Idem. Aprende a piano
11	José Constantino Esteves	10	Soffriveis	Algum	Bom		“	Idem de Entalhador
12	Licinio Pontes Piauhyno	9	Más	Algum	Bom	“	Cobre	Idem de Carpina
13	Joaquim Antonio da Paixão	9	Más	Pouco	Bom	Syllabas	”	Idem de Alfaiate
14	Laurentino Rodrigues de Sousa	8	Soffriveis	Algum	Bom	”	”	Idem. Idem
15	André Avelino de Carvalho	8	”	”		”		Idem. Idem
16	Joaquim Gonçalves Pereira	13	“	“		Escripto	Bastardo	Idem de Marceneiro
17	Meneandro José Ferreira	12	“	“		”	Cobre	Idem de Ferreiro. Aprende a Tambor

	NÚMERO DE ALUNOS	**PROFESSORES/MESTRES**	**OBSERVAÇÕES**
Música	16	Clemente Maranhense Freire de Lemos	Este professor sucedeu Francisco Frederico Jorge Ribeiro Cavalcanti e este a Manoel Joaquim Barboza
Primeiras letras	43	Patrício Ferrreira Lima	
Marcineiro	16	Francisco Martins Vianna	Criado e educado na Casa de Educandos Artífices do Maranhão
Alfaiate	17	Antonio Martins Vianna	
Ferreiro	7	André Monteiro da Cunha	Alem do oficio de ferreiro era armeiro, coronheiro e latoeiro.
Sapateiro	6	José Pereira dos Santos	

ANEXO B: Mapa das aulas e oficinas, número de alunos e mestres e professores da Casa dos Educandos Artífices – 1857

ANEXO C: Mapa do movimento de educandos – 1849 a 1866

ANO	ENTRARAM	SAIRAM	FICARAM
1849	18	0	18
1850	12	0	30
1851	1	0	40
1852	2	0	42
1853	6	1	47
1854	5	6	46
1855	-	-	-
1856	0	2	47
1857	9	19	37
1858	29	16	50
1859	16	8	58
1860	9	16	51
1861	10	1	52
1862	17	9	60
1863	2	6	56
1864	8	6	58
1865	18	11	65
1866	4	1	68